



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



**PARECER JURÍDICO N.º 65/2024**

**PROJETO DE LEI CM N.º 11/2024 -  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO  
ADICIONAL SUPLEMENTAR NO  
VALOR DE R\$ 60.000,00 (sessenta mil  
reais) no orçamento vigente.**

### **I - RELATÓRIO**

De autoria do Poder Legislativo, em análise por esta Procuradoria Geral, visa abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para despesas com indenizações e restituições.

Este é o breve relatório.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Verifico que é de exclusiva competência do Poder Legislativo propor projetos desta natureza, nos termos do inciso I, art. 51 da Lei Orgânica Municipal. Transcrevemos:

#### **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

**Art. 51. É de competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das leis que disponham:**

**I – autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;**

Devemos analisar o Projeto de Lei, com relação às vedações constantes do inciso V do art. 167 da Constituição Federal. Transcrevemos:

#### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**Art. 167 São Vedados:**

...

**V - A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem infração dos recursos correspondentes.**

Verifico ainda mais que são as classificações dos créditos adicionais constantes nos termos do inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, transcrevemos o seguinte:

#### **LEI FEDERAL 4.320/1964**

**Art. 41 Os créditos adicionais classificam-se em:**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



### I – suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

Quando os créditos orçamentários, inclusive os créditos especiais, abertos e aditados ao orçamento anual, são ou se tornam insuficientes, a legislação autoriza a abertura de créditos suplementares. Estes estão assim diretamente relacionados ao orçamento. Suplementam-se, pois, os créditos do orçamento anual.

Por último devemos ressaltar: “A autorização para créditos suplementares será feita em lei própria. Com isto se salvaguarda o princípio da prévia autorização e evita-se o abuso pelo Legislativo de abertura de créditos suplementares e especiais. A abertura dos créditos especiais e suplementares deve ser precedida de exposição justificativa e depende da existência e da indicação de recursos disponíveis e descomprometidos para acorrer à despesa”, conforme consta do inciso III, do § 1º do art. 43 da Lei n.º 4.320/64, transcrevemos:

### LEI FEDERAL N.º 4.320/1964

**Art. 43 A abertura de créditos suplementares e especiais, depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa;**

**§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:**

**III- os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei.**

Verifico que as aberturas de créditos suplementares existentes no projeto em comento serão cobertas através de anulação parcial de dotações do orçamento vigente com estipulado no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Com relação à espécie legislativa, percebo que a matéria objeto do Projeto de Lei em exame não está entre aquelas em que a Lei Orgânica reservou expressamente à Lei Complementar, sendo, portanto, correta a apresentação desta matéria através de proposição de Lei Ordinária.

O projeto deve ser submetido à apreciação das seguintes comissões permanentes: Comissão de Finanças Justiça e Legislação e Comissão de Orçamento e Tomada de Contas.

O quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento e acatem o presente parecer, é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261, do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovados nas Comissões Permanentes.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, OPINO pela juridicidade do projeto de lei em análise.

Cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 3 de junho de 2024.



Documento assinado digitalmente  
**DAVID TRIBIOLLI CORREIA**  
Data: 03/06/2024 14:44:06-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

David Tribioli Corrêa  
Advogado  
(assinado eletronicamente)